A Pró-Ordem discorda radicalmente do projeto sobre habilitações para a docência

À boleia do Decreto-Lei de execução do Orçamento de Estado, saído há dias (DL nº 53/2022, de 12 de agosto, art.º 161.º) tudo indica que o sr. ministro pretende enviar apressadamente para publicação em Diário da República um novo diploma legal que procede a uma profunda reconfiguração das habilitações próprias para a docência **baixando tanto o nível de exigência académica** que até parece que a partir de agora quem quer que seja “serve” para “dar aulas”, o que, convenhamos, é diferente de ser Professor.

A ir por diante tal **desqualificação da Profissão Docente** e da qualidade de ensino, já neste ano letivo que está prestes a iniciar-se, por ex. as aulas de Português do 3º Ciclo e do Ensino Secundário podem passar a ser lecionadas por “professores” que na sua formação académica disponham apenas de 80 créditos nesta mesma disciplina, o que está manifestamente abaixo do número mínimo de créditos “bolonheses” ECTS (*European Credit Transfer and Accumulation*) indispensáveis ao ingresso num mestrado em ensino nesta área, que seriam 120.

Mas, por ex. se for para lecionar Inglês no 3º Ciclo ou Secundário basta possuir apenas 60 créditos, em vez do tal pré-requisito de 120. E pasme-se, quem tenha uma licenciatura pós-bolonhesa em Psicologia passa a poder ser professor de Matemática!

E muitos outros exemplos, relativos a outros grupos de docência, igualmente **elucidativos do abaixamento do nível de exigência**, se podem extrair deste inconcebível projeto de diploma legal.

Este “baixar da fasquia”, que a tutela se prepara para executar é manifestamente inaceitável, particularmente, por quem, como nós, defende a existência de **uma Ordem de Professores no entendimento de que a docência não é uma mera atividade, mas sim uma verdadeira Profissão** (no sentido técnico do termo) que, como tal, tem saberes pedagógicos, didáticos, ético-deontológicos e outros que lhe são próprios e que jamais podem ser dispensados pela **entidade reguladora da Profissão Docente**; a qual, enquanto não existir a respetiva Ordem contínua a ser a tutela governamental.

Todavia, se o objetivo do governo for aumentar a atratividade da carreira docente, nomeadamente para os jovens, importa melhorar o índice remuneratório de ingresso, **devolver o respeito e consideração ao corpo docente** dentro da sala de aula, na escola e pelo Estado repondo a dinâmica de carreira de que sucessivos governos a têm amputado; flexibilizar a componente não letiva e de trabalho individual dos professores evitando a sobrecarga com tarefas de tipo burocrático e plataformas digitais, de modo a que possam **dedicar-se plenamente ao trabalho docente: aulas e respetiva preparação, correção e avaliação de trabalhos discentes, atualização e autoformação com liberdade de escolha dos respetivos percursos formativos como é típico das profissões de carácter ético e reflexivo.**

Pela Direção Nacional

O Presidente

Filipe do Paulo